

Poder Executivo

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 13.11.2018

| Legislação Federal | |
|---|--|
| Legislação | Ementa |
| <u>Decreto Federal nº 9.493, de 05 de setembro de 2018</u> | Aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados. |
| <u>Decreto Federal de 28 de julho de 2017</u> | Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Decreto Federal nº 8.803, de 6 de julho 2016</u> | Delega competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para autorizar o funcionamento no País de sociedade estrangeira, suas alterações suas alterações estatutárias ou contratuais, sua nacionalização e a cassação de autorização de seu funcionamento. |
| <u>Medida Provisória Federal nº 729, de 31 de maio de 2016</u> | Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação |
| <u>Medida Provisória nº 728, de 23 de maio de 2016</u> | Revoga dispositivos da Medida Provisória no 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. |
| <u>Decreto Federal nº 8.534, de 30 de setembro de 2015</u> | Altera o Decreto nº 7.560, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da administração pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO. |
| <u>Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013</u> | Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. |
| <u>Lei Federal nº 12.813, de 16 de maio de 2013</u> | Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. |
| <u>Lei Federal nº 12.550, de 15 de</u> | Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública |



Poder Executivo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

| | |
|---|---|
| <u>dezembro de 2011</u> | denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. |
| <u>Lei Federal nº 12.507, de 11 de outubro de 2011</u> | Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011. <u>Mensagem de veto</u> |

| Legislação Estadual | |
|---|---|
| Legislação | Ementa |
| <u>Lei Estadual nº 7515, de 17 de janeiro de 2017</u> | Dispõe sobre a revisão do plano plurianual 2016-2019, instituído pela Lei nº 7.211, de 18 de janeiro de 2016. |
| <u>Lei Estadual nº 7437, de 30 de setembro de 2016</u> | Autoriza a criação das audiências de custódias no Tribunal do Estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 7298, de 31 de maio 2016</u> | Autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias, autorizatárias, permissionárias e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica. |
| <u>Lei Estadual nº 7117, de 27 de novembro 2015</u> | Concede autorização ao poder executivo para criar fundo de reserva destinado à implementação da lei complementar federal nº 151, de 15 de agosto de 2015. |
| <u>Lei Estadual nº 7057, de 04 de setembro de 2015</u> | Autoriza o Poder Executivo a criar mutirão médico cirúrgico para pacientes em fila de espera na rede estadual de saúde. |
| <u>Lei Estadual nº 6739, de 01 de abril de 2014</u> | Institui no Estado do Rio de Janeiro, política de prevenção e cessação do tabagismo, alcoolismo e toxicomania, no âmbito dos programas de atenção básica. |
| <u>Lei Estadual nº 6323, de 19 de setembro de 2012</u> | Autoriza o Poder Executivo a parcelar em até 12 (doze) vezes as multas aplicadas aos veículos automotores no âmbito do estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 6313, de 11 de setembro de 2012</u> | Autoriza o Poder Executivo a alienar os bens imóveis que especifica. |



Poder Executivo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

| | |
|---|--|
| <u>Lei Estadual nº 6114, de 19 de dezembro de 2011</u> | Dispõe sobre a criação da carreira de Executivo Público, no âmbito do Poder Executivo Estadual, estabelece sua estrutura e formas de desenvolvimento, fixa sua remuneração e dá outras providências. |
| <u>Lei Estadual nº 6518, de 29 de agosto de 2011</u> | Dispõe sobre a implantação do programa de atendimento integral a usuários de crack que encontram-se situação de rua. |
| <u>Lei Estadual nº 5966, de 02 de maio de 2011</u> | Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a utilização de mão-de-obra carcerária e dá outras providências. |
| <u>Lei Estadual nº 5957, de 26 de abril de 2011</u> | Dispõe sobre o acesso gratuito dos portadores de hiperplasia benigna ou câncer de próstata à medicação de prescrição. |
| <u>Lei Estadual 5950, de 13 de abril de 2011</u> | Institui pisos salariais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências. |
| <u>Lei nº 5926, de 25 de março de 2011</u> | Dispõe sobre a instalação de aparelhos de telefonia pública para uso de deficientes auditivos em prédios e logradouros públicos. |
| <u>Lei Estadual nº 5920, 18 de março de 2011</u> | Altera a competência dos artigos 90 e 100 e revoga o artigo 110 do <u>Código de Organização Judiciária do estado do Rio de Janeiro</u> . |
| <u>Lei Estadual nº 5873, de 13 de janeiro de 2011</u> | Altera a lei nº 1970, de 17 de março de 1992. |

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação Institucional
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento